

Decolonialidade e as vozes do Sul Global: Dandaras, Laudelinas, Marquezas e Marias entre experimentações e aprendizagens na ação intercultural

Decoloniality and voices of Global South: Dandaras, Laudelinas, Marquezas and Marias between experimentation and learning in intercultural action

Enviado em: 01-05-2024

Aceito em: 26-06-2024

Juliana Maria de Siqueira¹

Resumo

Partindo da constatação da cumplicidade dos museus na construção da colonialidade do ser/do saber, refletimos sobre o papel que desempenham na manutenção do sistema mundo moderno/capitalista e a necessidade de sua revisão. Examinamos sinais da iminente falência do modo de vida ocidental, seu imperialismo e unipolaridade, bem como evidências da emergência de um mundo multipolar, abrindo a possibilidade de constituir-se uma nova ordem mundial entre Estados-civilizações em bases não necessariamente ocidentais. Propomos que, nessa nova ordem, o Brasil possa inserir-se como articulador de vozes do Sul Global, mediante o reconhecimento da civilização afro-pindorâmica que aqui se formou nas confluências históricas e de resistências contra-coloniais. Entendendo ser mais profícuo que a decolonialidade na Museologia se manifeste como compromisso em vez de performance discursiva, compartilhamos algumas ações culturais experimentadas entre 2018 e 2021 no distrito do Campo Grande, Campinas, a fim de colher aprendizagens significativas para repensarmos políticas públicas interculturalizantes.

Palavras-chave: Decolonialidade, Sul Global, Ação intercultural

Abstract

Since museums were accomplices in the construction of the coloniality of being/knowledge, this article reflects on their role in modern/capitalist world system and the need for its review. We examine the signs of the imminent collapse of the Western way of life, as well as the evidences of an emergent multipolar world, which opens the possibility of a new world order, built between civilization states. We propose that, in this new order, Brazil can insert itself as an articulator of voices from the Global South, based on the recognition of the Afro-Pindoramic civilization formed through historic confluences of counter-colonial resistances. Understanding that it is more fruitful for decoloniality in Museology to manifest itself as a commitment rather than a discursive performance, we share some cultural actions experienced between 2018 and 2021 in the district of Campo Grande, Campinas, in order to gather significant learnings to rethink intercultural public policies.

Keywords: Decoloniality, Global South, Intercultural action

¹Especialista Cultural e Turístico na Prefeitura de Campinas desde 2002. Doutora em Museologia. ju.de.siqueira@gmail.com

1. Pelas represas do tempo: museus e museologia em tempos de mudança

¿Escucharon? Es el sonido de su mundo derrumbándose. Es el del nuestro resurgiendo. El día que fue el día, era noche. Y noche será el día que será el día. (Subcomandante Insurgente Marcos, México, dezembro de 2012)

Enquanto 'instituições', os museus desempenharam e ainda desempenham um papel relevante na constituição e manutenção do sistema mundo moderno/colonial². Inicialmente, como dispositivos de inovação do conhecimento, atuaram não apenas como veículo de disseminação dos ideais 'civilizatórios' ocidentais ao redor do mundo, mas fundamentalmente, contribuíram para a constituição mesma de sua terrível contra-face, a colonialidade do saber - aspecto cognitivo do regime de poder hegemônico que se expressa em variados níveis, desde as estruturas de governança mundial até as subjetividades, alicerçado por um modo específico de organizar as existências e o conhecimento.

Ao longo do século 20 e sobretudo após a II Guerra Mundial, a comunidade museológica internacional buscou manter a relevância cultural dessas instituições em um ecossistema educativo/comunicativo que se complexificava com a predominância de novos meios e padrões de produção/circulação de informação e comunicação na esfera pública, bem como num cenário político e social crescentemente diverso, crítico e desafiador. Assim, os museus passaram a ser abordados como meios de comunicação a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, ocupados em discutir e endereçar os desafios postos à moderna sociedade capitalista. Nas suas variadas vertentes, as museologias críticas produziram um alargamento de práticas e conceitos relacionados ao patrimônio, sem sobrepor ou anular a participação daquelas instituições na indústria cultural e em toda a engrenagem geradora de capital político, econômico e simbólico.

Diversos estudos têm apontado as múltiplas nuances com que os museus desempenham sua chamada função social, delimitando um cenário

20 O conceito de sistema mundo moderno/colonial, delineado a partir do artigo seminal de Quijano e Wallerstein (1992), deve ser complementado com a leitura de Ballestrin (2017) sobre a imperialidade, a fim de compatibilizar o pensamento decolonial com a crítica e resistência ao imperialismo.

'complexo'. Sob o imperativo da inovação, os trabalhadores de museus são compelidos a mover-se de um epifenômeno a outro e saltar de uma crise à crise seguinte, enquanto eticamente buscam incorporar as pautas que acenam pôr em xeque a lógica cultural dominante. Porém, a angustiante e acelerada repetição do tempo como um 'presente perpétuo'³ na sociedade capitalista nos faz questionar se esses museus estariam irremediavelmente condenados a testemunhar o desaparecimento dos modos de vida cujos vestígios pretendem preservar - seja em função do esfacelamento das condições materiais e imateriais de existência das comunidades que os sustentam, seja por conta da sua assimilação à cultura hegemônica.

O passo disruptivo nessa espécie de 'samsara' foi dado na medida em que novos atores foram se colocando em campo na condição de protagonistas dos próprios museus: nações que se tornavam independentes nos processos de descolonização, comunidades, povos indígenas, movimentos negros, segmentos sociais em luta pelo reconhecimento de direitos, enfim, todos aqueles sujeitos subalternizados pela cultura hegemônica e ameaçados de aniquilação. Incorporando a 'ferramenta museu' como dimensão de sua luta existencial, essas coletividades não simplesmente se deixaram ou se fizeram representar por meio desse dispositivo cultural⁴: elas o têm efetivamente reconfigurado a seu modo, segundo suas cosmopercepções, éticas e ontologias, e nos revelado uma diversidade de concepções, práticas e manifestações do museu e da musealidade verdadeiramente inéditas, muito além do já instituído. É nesse ponto que emerge, de fato, a decolonialidade na

3A palavra-pensamento zapatista retoma a expressão criada por Guy Debord (1997) para descrever a sociedade do espetáculo e a recria para denunciar um duplo confinamento: o "desaparecimento da perspectiva histórica aberta para o futuro" e a "hipertrofia de uma temporalidade aceleracionista em que prevalece o imediato e o urgente" (BASCHET, 2021, p. 342). Face a esse 'presente perpétuo', a proposta zapatista é a de reafirmar a história, criando uma ponte entre passado e futuro. Outros mecanismos implícitos a esse fenômeno, que conectam as políticas de esquecimento operadas pela sociedade do espetáculo à colonialidade são denominados por Marcelo Valko (2010) como "pedagogia da desmemória".

4Ao tomarmos o museu como dispositivo cultural e não simplesmente como instituição, lançamos luz, simultaneamente, sobre dois aspectos de abertura. Primeiro, a possibilidade de o museu assumir formas outras que não a de uma instituição nos moldes modernos e, potencialmente, 'estar em todo lugar' como um processo. Segundo, a possibilidade de superar uma definição substantiva/ normativa do museu, em favor de outra essencialmente ética, na medida em que um dispositivo é sempre composto pelos sujeitos que o concebem, a partir de opções (em níveis epistemológicos, conceituais, metodológicos, técnicos) que ampliam ou limitam possibilidades de participação, intervenção, aprendizagem, crítica, etc. Essa dupla abertura tanto libera criativamente quanto compromete deontologicamente trabalhadores e comunidades dos museus. Para aprofundar a discussão sobre o conceito de dispositivo cultural, ver Perrotti & Pieruccini (2008).

museologia: não enquanto performance ou tema abordado num esquema convencional de produção de sentidos e valores, mas na práxis que é afirmação efetiva de existências inabarcáveis pelos limites do horizonte ocidental. Essas presenças com suas vozes, canalizando as aspirações comuns de um Sul Global, tanto denunciam a impossibilidade de vida nos moldes do sistema-mundo moderno quanto anunciam a viabilidade de uma superação por meio da memória-reincorporação ('re-member-ing'⁵) de suas heranças ancestrais, desconsideradas pelo mundo ocidental nos últimos quinhentos anos.

Encerrando-se já quase um quarto do século 21, temos visto emergir no curso do tempo acontecimentos que sinalizam a possibilidade de nele se delimitarem novas represas⁶. Após tantos séculos expandindo-se de um modo inexorável e aparentemente irreversível, buscando passar-se como meio e fim da evolução humana, quase sempre impondo-se à força, o sistema-mundo moderno/colonial depara com limites que já não devem ser ignorados e têm, com efeito, demonstrado a severa degradação da vida no planeta Terra, em todos os níveis observáveis. Decorrentes dos equívocos éticos e epistêmicos implícitos em sua configuração, tais limites apontam - mais que uma transformação cultural - a necessidade de uma saída ou atravessamento da modernidade, na medida em que seus próprios elementos são insuficientes para promoverem uma superação⁷.

Os sinais mais óbvios do esgotamento do modo de vida ocidental estão nas mudanças climáticas e na alarmante redução da biodiversidade, já experimentadas como desdobramentos da exploração ambiental desenfreada e

5A ideia do rememorar como reincorporação viva de modos de ser, experiências e práticas ancestrais ('re-member-ing') vem de Trownsell (2013) e de seu profundo contato e aprendizado com os povos andinos. Seu trabalho permite ver a memória histórica como um voltar a ser, voltar a integrar, continuar a fazer parte da casa ou 'chakana' - na reconstrução dos saberes necessários para que o futuro dos povos originários seja de pertencimento e liberdade.

6Aprendemos com Bunseki Fu-Kiau (1994) essa maneira bakongo de viver o tempo.

7Neste ponto divergimos da conclusão de Ballestrin (2017), para quem as críticas decoloniais devem dirigir-se à imperialidade e não necessariamente aos aspectos 'luminosos' da modernidade. Ela situa as transformações decoloniais no interior da modernidade, enquanto aqui optamos pelo princípio da exterioridade, tão bem exposto na Filosofia da Libertação de Henrique Dussel, e justificado pelo aforismo cunhado por Audre Lorde (1984): "as armas do senhor nunca irão dismantelar a casa grande". Ora, creditar à própria modernidade os deslocamentos no poder hegemônico provocados pelas ações e concepções dos sujeitos por ela subalternizados não seria mais uma forma de extrativismo e assimilação de suas existências, negando sua alteridade e anterioridade, aniquilando-as ainda outra vez, na 'mesmidade'?

do aquecimento global provocado pelas emissões de gases que intensificam o efeito estufa. Mas o fenômeno também se revela eloquente nas tragédias da fome e da extrema pobreza, na iniquidade social, na precarização do trabalho e da vida, nos genocídios generalizados e silenciados, nos riscos pandêmicos, nas guerras permanentemente impostas pelas potências imperiais aos territórios cobiçados e na falência das doutrinas econômicas perversas e dos modelos políticos democráticos liberais - que, contraditoriamente, têm possibilitado a ascensão da intolerância radical e a perda de direitos. Coroando esse quadro, tem-se testemunhado a incapacidade dos organismos de governança mundial para endereçar essas calamidades de maneira satisfatória. O estrondoso ruído desse mundo que desmorona tem sido abafado num espaço público tomado pelo escapismo narcísico das redes, configuradas segundo a lógica privada do lucro e fragmentadas por algoritmos imperscrutáveis numa miríade de 'bolhas' auto-referentes, verdadeiros mundos paralelos que podem guardar pouca ou nenhuma conexão com a realidade concreta. Tão evidente quanto o abismo à frente da civilização moderna está a indisposição de suas elites para recuar em seu projeto de poder-destruição.

Há, porém, indícios cada vez mais fortes de que uma outra ordem já se manifesta concretamente, abrindo espaço para uma recomposição econômica, política e cultural em escala planetária, capaz de contrabalançar e mesmo deslocar a centralidade do ocidente no sistema mundo. Trata-se da construção de um arranjo de poder multipolar entre Estados-civilizações, que desafia a unipolaridade ou "hegemonia consentida" dos Estados Unidos da América sobre o restante do globo, conquistada a partir dos anos 1990 e mantida pelas duas décadas seguintes (AMORIM, 2022, p. 20). A emergência, no plano internacional, de novos polos de poder econômico e político fora do eixo do Atlântico Norte favoreceu a gradual articulação entre países que concentram quase a metade da população mundial, como China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul (mas não apenas esses) em torno do projeto de uma ordem mais justa e cooperativa⁸. O ato inaugural dessa "nova era das relações

8 Para o diplomata Marcos Azambuja (2023), com o declínio do império norte-americano e o ressurgimento da Ásia na cena geopolítica, o eixo de dominação imperial deslocou-se do Atlântico Norte para a Ásia, tornando o mundo mais complexo e tendente à multipolaridade. Por sua vez, Lejeune Mirhan

internacionais e do desenvolvimento global sustentável” foi o encontro entre os presidentes da Rússia e da China em 4 de fevereiro de 2022, que resultou na publicação de um documento histórico⁹, anunciando seus princípios e firmando uma parceria estratégica.

Conforme a leitura de Mignolo (2023), o que está posto em xeque ali não é 'apenas' o imperialismo norte-americano, mas a prevalência do 'Ocidente coletivo' nos últimos 500 anos, num movimento de desocidentalização do mundo que interessa ao projeto decolonial. Algo que ainda não tem sido bem compreendido:

...o que está em jogo são 'cosmologias' (cosmovisões, cosmovivências) inconciliáveis, embora entrelaçadas em diferentes momentos dos 500 anos de expansão ocidental, ou seja, de globalização. Cosmologias que regulam o conhecer, o sentir e o agir. O problema e as muitas dificuldades para entender a desocidentalização e a multipolaridade residem no entrelaçamento, já que na lógica do Ocidente tudo se reduz ao binarismo (MIGNOLO, 2023).

Nesse entrelaçamento de tradições, surge uma alternativa à modernização ocidental que não vem promover uma relação de 'soma zero', mas de 'ganha-ganha' entre seus jogadores. Fundada no taoísmo, que reconhece a dualidade complementar como princípio de tudo o que existe, e na noção de 'Tianxia', que implica a busca de harmonia e equilíbrio, a proposta que a China faz ao mundo é da coexistência respeitosa entre Estados-civilizações, sem intervenções ou imposições hierárquicas de umas sobre as outras, nem abusos de poder sobre os mais frágeis, privilegiando as conversações pacíficas e evitando a guerra tanto quanto possível.

(2021) entende que esse deslocamento não implica a constituição de um novo eixo imperial, mas de um campo de resistência. Desde 2022, ele defende a tese de que a fase de transição do poder mundial estaria concluída e já viveríamos em um mundo multipolar (MIRHAN, 2022a e 2022b). Para ele, os polos alternativos ao poderio norte-americano movimentam-se desde os anos 1990, quando teve início a articulação para a criação da Organização de Cooperação de Xangai (de natureza econômica e militar), efetivada em junho de 2001. Outra composição importante, deflagrada em 2006, resultaria na constituição do bloco BRICS. Também devem ser mencionadas a gradual associação entre Estados do Oeste da Ásia em resistência aos EUA, englobando Irã, Iraque, Síria, Líbano e o Partido Hezbollah, e a União Africana, lançada em 2002 na esteira de um “Renascimento” ensaiado nos anos 1990. Essas ações foram consolidando um “Leste Global” e um “Sul Global” que confluíram numa maioria com força suficiente para oferecer oposição ao predomínio unipolar norte-americano - inclusive para a neutralização de suas tentativas de militarizar o espaço sideral.

90 documento, intitulado “Joint Statement of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development”, pode ser consultado online (2022).

Com sua vasta experiência diplomática, Azambuja (2023) e Amorim (2022) concordam que a construção da multipolaridade como essa ordem mundial mais equilibrada, justa e pacífica também interessa ao Brasil. Se assim for, algumas tarefas se nos impõem. No plano externo, dada a posição proeminente do país no chamado Sul Global, compete-nos apoiar a integração e cooperação regional, fortalecendo a América Latina mas também a África como regiões parceiras que guardam afinidades históricas e culturais para conosco. No plano interno, cabe a revisão crítica e criativa da 'aposta civilizatória' moderna/colonial que concebemos como nação. Esse projeto, derivado de uma inserção subalternizada no sistema mundo - a qual almejamos superar -, traz implícita a colonialidade interna das nossas elites, reprodutoras dos valores e da lógica hierárquica eurocentrada, em detrimento de cosmopercepções, práticas e princípios da "biointeração", concebidos pelos povos indígenas e africanos em profunda "confluência" histórica e cultural neste território¹⁰. Em outras palavras, trata-se de reconhecermos a (re)existência de uma civilização "afro-pindorâmica" (SANTOS, 2015) original, e nos tornarmos capazes de "sonhar" (KOPENAWA, 2015) um "futuro ancestral" (KRENAK, 2022) a partir do qual possamos tecer relações mais soberanas no plano internacional e, internamente, uma convivência respeitosa entre os povos que formam este país¹¹.

Se o mundo multipolar já é uma realidade, é, porém, uma realidade indeterminada, elaboração aberta à nossa intervenção. Saibamos, portanto, navegar pelas represas do tempo, reconhecendo o papel que nos cabe colaborando na sua formação. Como museólogos, ao assumirmos um compromisso decolonial em nosso viver-fazer-conhecer, podemos transmutar a 'ferramenta museu' em um dispositivo que, em vez de alimentar e reproduzir a modernidade/colonialidade decadente, com seu projeto de poder-destruição,

10Biointeração e confluência são 'palavras germinantes' utilizadas por Nego Bispo, Antônio Bispo dos Santos (2015 e DORNELES, 2021), para caracterizar, respectivamente, fundamentos e modos de conviver dos povos afro-pindorâmicos. Aqui, entendemos que essa confluência constituiu uma aposta civilizatória alternativa.

11Seria preciso outro artigo para nos debruçarmos sobre uma série de fundamentos e características das cosmovivências pindorâmicas e africanas cujo reconhecimento e acionamento poderiam favorecer a consecução desses objetivos. Aragão e Conceição (2021), ao tratarem da nação na experiência do candomblé angola/bantu, destacam, por exemplo, os princípios da heterarquia e da hospitalidade, elaborados na experiência histórica do povo bantu na África, e a ideia de nação como uma floresta, isto é, lugar de possibilidades, a ser adentrado pisando-se nas pegadas dos ancestrais.

seja terra fértil para biointerações aumentadoras da vida, liberando nosso pleno potencial humano e acionando as dimensões de cura que tanto necessitamos. Vejamos, a seguir, o que caracteriza esse compromisso decolonial.

2. A insurgência afro-pindorâmica como compromisso decolonial

A hierarquia entre as culturas, a prática discriminatória, as violências assimétricas, a continuidade, enfim, do projeto de uma ideologia hegemônica, por seu grau de parentesco com o humanismo europeu, prevaleceram, sob várias formas e intensidades, inclusive, entre aquelas pessoas que, discursivamente, num sentido mais amplo, condenam as históricas subalternizações exercidas por um certo Ocidente que inventou as raças e os seus lugares e valores respectivos. (Tiganá Santana, 2019)

No que diz respeito à cultura moderna/capitalista, um dos principais perigos para as construções críticas que buscam sua superação é a força centrípeta que ela exerce sobre os seus contraditórios. Não é necessária e exclusivamente via confronto direto que ela logra vencê-los: a razão ocidental, fundada na ontologia (o unitário/ o ser como princípio), os aniquila pela sua objetificação, assimilação e tradução nos termos da sua própria lógica de 'mesmidade'. Assim, também práticas e discursos emancipadores são frequentemente convertidos em mercadoria, espetacularizados e esvaziados de potência. Não tem sido diferente com o decolonial, tantas vezes reduzido a um tema da moda até pelos mais bem intencionados.

Essa advertência é amparada pela percepção que colhemos junto a Tiganá Santana para abrir esta sessão do texto. Para ele, isso ocorre porque “as pessoas de reflexão e ponderação, em geral, jamais acreditaram, genuinamente, na força dessas epistemologias, negligenciando-as” (SANTANA, 2019, p. 67). Trata-se de um racismo epistêmico, imbricado à colonialidade desde a sua gênese e manifesto em todos os níveis que estruturam a realidade social. Quando o campo cultural hegemônico busca absorver a crítica decolonial como um conteúdo válido, isto é, incorporá-lo discursivamente, justificando-se em nome do respeito à diversidade, aqueles que têm os olhos bem abertos não podem deixar de notar a inconsistência entre discursos e práticas e as violências aí implicadas.

Davi Kopenawa (2021) observa que, sendo cidadãos brasileiros, os Yanomami - e demais povos indígenas - não têm suas palavras próprias e cosmopercepções expressas na nossa Carta Constitucional. Certamente porque, no mundo dos brancos, a palavra que conta é a sua, aquela que por uma suposta superioridade ou universalidade seria capaz de subsumir e traduzir todas as demais. A fala do xamã e líder Yanomami não deixa dúvidas, porém, de que as palavras dos 'napë' estão dissociadas de um compromisso com a ação:

Napë diz: "patrimônio natural". Nós, Yanomami, falamos: *pata wa thë hupa noma!* Como *napë* fala, tem regra, não pode mexer. Não pode tirar. Não pode destruir. [...] O branco diz isso, mas ele está destruindo. Só fala para respeitar, mas ele mesmo não respeita de verdade. (KOPENAWA, 2021, p. 10)

Bianca Silva, apoiada nas reflexões de uma notável plêiade de intelectuais negras e negros, examina esse fenômeno sob o aspecto do racismo e o nomeia "performance antirracista". Explica assim o seu funcionamento: os espaços de saber e poder constituídos pela branquitude crítica, usando uma "roupagem de aceitação", constantemente atualizam as violências raciais perpetradas. "Uma dessas atualizações é através do disfarce no qual o opressor propaga um discurso antirracista, porém, desprovido de ações antirracistas, preservando, por conseguinte, a estrutura racista" (SILVA, 2022, p. 25). Dessa forma, reproduz-se o ciclo que envolve o genocídio, o embranquecimento e o epistemicídio negro - podemos entender, também, indígena. Essa dissimulação, que se dá pela apropriação e adulteração da produção intelectual de pessoas negras e indígenas, implica ainda a desmemória das violências pretéritas e uma ausência de reflexão dos brancos sobre a própria responsabilidade na manutenção da estrutura que gera os seus privilégios. Para Silva (2022, p. 33), verdadeiras alianças precisam ir além dos discursos, alcançando o nível prático.

As observações de Silva sobre o racismo podem ser aplicadas à questão decolonial, uma vez que a colonialidade do saber é indissociável do racismo epistêmico. Firmemente enraizada nas estruturas de pensamento e prática ocidentais, ela opera suas violências ora de forma aberta, ora de forma dissimulada. Revela-se, então, a existência de uma 'performance decolonial'.

As pautas levantadas pelos povos subalternizados são apropriadas e incluídas 'discursivamente' nos mais atualizados circuitos info/edu/comunicativos, sem, no entanto, esboçar-se um compromisso sério com a criação das condições objetivas para sua ampla realização. Pior: são convertidas em distração apaziguadora das consciências indolentes perante atos verdadeiramente genocidas, em curso graças aos mesmos agentes que comandam essa engrenagem, e cujos reais interesses não se proclamam.

Essa performance discursiva escora-se na ideia de que a decolonialidade decorrerá de uma tomada de consciência a preceder e guiar as mudanças práticas no campo social. Ora, essa é mais uma atualização do “penso, logo, existo” cartesiano: supõe que bastaria ao homem - branco - transformar voluntariamente o seu pensamento pelo exercício da racionalidade científica para que 'novas' práticas viessem a tomar o lugar das 'velhas'. Esquecem o que Paulo Freire (1987) havia ensinado: que ninguém educa a si mesmo, mas as pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo. Aqui, mais uma vez, o sujeito ocidental(izado) não se põe em relação: como princípio de tudo, encontra-se sozinho no mundo, objetificando e tomando como alvo de sua intervenção toda a realidade e as demais existências - aniquilando-as, portanto. Além disso, tal argumento é uma mistificação que ignora a má vontade da branquitude - seja crítica ou acrítica - em encontrar-se com a própria consciência, rever seus privilégios e assumir responsabilidades. “Façamos a revolução antes que o povo a faça” continua a ser o lema daqueles que promovem mudanças superficiais para que tudo permaneça como sempre foi.

É por isso que, aqui, a decolonialidade é proposta como um 'compromisso'. Compromisso implica a existência de, ao menos, duas partes, sua mútua aceitação, a preservação da alteridade, um diálogo verdadeiro e uma práxis comum - que, nesse caso, se faz interculturalizante. Qual a sua finalidade? Unir saberes e potências entre os que desejam viver plenamente e construir um mundo bem outro, de modo que seja possível alterar a correlação de forças que mantém a colonialidade de pé e impede essa realização. O contexto de emergência do mundo multipolar é apenas um dos elementos

favoráveis nessa equação, mas não o suficiente. A inserção, nessa ordem ainda embrionária, dos nossos muitos Brasis confluentes numa civilização afro-pindorâmica não está garantida. Ao contrário: precisará ser construída e encontrará pela frente ferrenha oposição.

Para iluminar os caminhos que se abrem nessa encruzilhada histórica, convocamos o pensamento de alguns intérpretes desse Brasil contra-colonial. Joelson Ferreira de Oliveira (OLIVEIRA & SOUZA, 2020), Clóvis Moura (1959 e 2000) e Antonio Bispo dos Santos (2015)¹² convergem sobre a necessidade de rever e valorizar a tradição rebelde das alianças populares, cada um ressaltando aspectos significativos dessa herança e seus vínculos profundos com os movimentos que hoje lutam pela transformação da nossa realidade.

Situando na questão da terra e do território a principal frente de ação pela descolonização, Mestre Joelson desmascara o discurso que atribui ao campo da imaterialidade a dinâmica contemporânea da acumulação capitalista: “se a acumulação agora se dá nas nuvens, então por que toda essa pressão avassaladora sobre a terra? Por que o saque agressivo sobre os territórios tradicionais?” (OLIVEIRA E SOUZA, 2020). Sua proposta é reconstruir o poder a partir da união entre as forças de trabalho do nosso tempo, numa aliança rebelde preta, indígena e popular que organize o território e retome as terras usurpadas pelo capital, produzindo soberania alimentar, energética e pedagógica. Implica ainda um projeto cultural: “reaprender outras formas de se alimentar, festejar, ritualizar. Vamos precisar disso se quisermos fortalecer uma cultura capaz de superar todo um período de servidão e pôr em movimento uma permanente revolução” (OLIVEIRA & SOUZA, 2020).

Essa opção configura uma práxis museológica decolonial, dado que se apoia na “escuta sensível de nossa história e atenção à nossa ancestralidade - absorvendo a memória do mais antigo sistema de resistência ao capitalismo: a resistência indígena e preta” (OLIVEIRA & SOUZA, 2020). O Mestre rememora as rebeliões que afrontaram o latifúndio e o Estado brasileiro - essa “maquinaria de guerra contra os povos” -, construindo um poder popular, desde

12Poderíamos convocar ainda Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Edison Carneiro, Sueli Carneiro e tantos outros que a formação acadêmica costuma não nos apresentar - quadro que somente agora começa a ser reparado.

Palmares até Canudos, passando pela Cabanagem, Balaiada e Revolução Praieira. Questionando a desmemória e a desvalorização que uma historiografia oficial racista impôs a essas experiências, ele demonstra que nelas, os povos aliados desafiaram os sistemas políticos e disputaram concepções de mundo.

Mestre Joelson, em suas reflexões e proposições, segue as pegadas de outro intérprete do Brasil contra-colonial, sendo a partir delas que encontra novas passagens. Ainda nos anos 1950, Clóvis Moura já havia lançado seu olhar atento para as lutas políticas ocorridas no Brasil - em especial, no Nordeste - desde o período colonial. Entrelaçando as perspectivas de classe e de raça, ele iria elaborar uma teoria da revolução brasileira, na qual a escravidão e a estrutura social que ela configura originam uma forma específica da luta de classes. Por conseguinte, no seu pensamento, o povo negro, protagonista da quilombagem, surge como o principal sujeito político da sociedade brasileira (MOURA, 1959), contrariando as teses então vigentes sobre a sua acomodação, sincretismo e aculturação. Adotando a perspectiva da longa duração, do exame das questões camponesas, ele iria ainda desvendar os elos que vinculam uma série de movimentos sociais, de Canudos ao MST, numa mesma tradição de resistência ao monopólio da propriedade da terra:

Nossa história tem três momentos que simbolizam os movimentos de ruptura radical com o sistema de dominação e conseguiram abalar a sua estrutura: Palmares, no Brasil colônia; a Cabanagem, no Brasil Império e Canudos na República. Esses três momentos nos quais os escravos inicialmente e depois a plebe rebelde passaram a ser agentes sociais dinâmicos, mostram como somente através desse radicalismo o Brasil poderá reformular os pólos de poder e articular politicamente um novo ordenamento social no qual os oprimidos e excluídos poderão ser os atores dinâmicos da História. (MOURA, 2000, p. 54)

Também em sua interpretação, o elemento cultural, acionando dimensões simbólicas e de identidade, desempenha papel crucial na criação de condições organizativas e mediadoras das lutas revolucionárias. Nesse sentido, seu pensamento nos ajuda, na condição de agentes culturais e museólogos, a perceber as tarefas que nos competem nesse compromisso decolonial, bem como os desafios de modularmos esse papel. Afinal, se os

movimentos não emergem no espontaneísmo, tampouco podem frutificar sob o dirigismo.

A dimensão cultural implicada nas lutas populares será ainda mais aprofundada por Nego Bispo (SANTOS, 2015), nosso terceiro intérprete convocado. Seu ponto de partida é um diálogo entre temporalidades, que conecta as violências passadas às presentes e desmascara as atualizações do projeto colonizador: "qual a diferença entre o ataque dos colonizadores contra o Quilombo de Palmares no século XVII e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades atingidas pelos megaprojetos ditos 'empreendimentos'[...]?" (SANTOS, 2015, p. 21). As semelhanças revelam, segundo o Mestre, que as guerras da colonização - passadas ou presentes - são sempre disputas de territorialidades. Suas reflexões, porém, pretendem ter caráter resolutivo e, por isso, ele introduz a palavra germinante 'confluência', para identificar possibilidades de convivência harmoniosa entre povos diversos e suas propostas de vida:

Confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual. Por ser assim, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento purista dos povos politeístas. (SANTOS, 2015, p. 89)

Para Bispo, as rebeliões dos povos afro-pindorâmicos - o termo já assinala a importância política do nomear-se - expressam a sua tentativa de viver segundo as próprias bases civilizatórias, em resistência à colonização, à assimilação forçada e à doutrinação monoteísta - elemento esse que forneceu a justificativa para a dominação e escravização dos povos. No seu pensamento, a espiritualidade ou politeísmo de africanos e pindorâmicos traduz princípios e modos de conviver que são fundamentos civilizacionais diametralmente opostos aos da modernidade colonizadora. Assim, ele propõe um modelo alternativo de organização da sociedade brasileira, calcado no que ele nomeia biointeração - uma relação respeitosa e orgânica com todos os elementos vitais.

Das lições desses três intérpretes, podemos aprender que o compromisso decolonial na Museologia mostra-se como trança que une e

fortalece o povo preto, os povos pindorâmicos e as camadas populares a partir da memória/reincorporação de um encadeamento de experiências histórias que, dos quilombos às retomadas indígenas e ocupações dos movimentos sem-terra, passando pelas rebeliões populares do século 19, foram elaborando um verdadeiro sistema de resistência ao capitalismo e ensaiando uma ordem social heterotópica livre e contra-colonial. Revela-se, portanto, uma museologia da práxis intercultural transformadora: observação e interpretação da história, leitura dos cenários presentes e ação coordenada abrindo possibilidades de futuro. Seria possível ensaiá-la no seio de uma grande metrópole? O que ocorre quando, na ação cultural, nos pomos a acionar dimensões simbólicas próprias das matrizes afro-pindorâmicas? É o que indagamos à experiência narrada a seguir, vivida no distrito do Campo Grande, em Campinas, entre 2018 e 2021 - anos extremamente desafiadores para o país.

3. Adentrar à floresta nos passos de Dandaras, Laudelinas, Marquezas e Marias

A experiência radical a ser vivida diante de Outrem, sem pulsão ou razão que o aniquilem, ou, no limite, quando as éticas do dizer formam o cenário onde atuamos e isso é previsto por certos sistemas, estamos diante de outra proposta de experiência humana, em que o humano, assim como as várias formas de ser, é vetor de força que surge das tranças, redes e conjunções. Não cabe aqui conceber, em nenhuma instância, que algo unitário gerará o complexo. Pensar numa origem, de qualquer ordem, é pensar numa relação originária.

(Tiganá Santana, 2021)

De Bunseki Fu-Kiau (1991) a Davi Kopenawa (2021), os grandes mestres ensinam que floresta é lugar de formação e aprendizagem. Ambiente das iniciações a partir das quais se pode adquirir a maioria, a floresta, como a grande biblioteca natural ou laboratório vivo, guarda os segredos das relações entre tudo o que existe. Mistérios que se revelam apenas parcialmente, quando os aprendizes se dispõem a adentrá-la cuidadosamente imunizados de seus perigos, seguindo os passos dos ancestrais e profundamente permeáveis à cosmopercepção. Na floresta, seus olhos se tornam plenamente abertos. Dela, os iniciados podem receber os remédios adequados às curas que a comunidade necessita.

Nós, brasileiros ocidentalizados, não vivemos, é certo, em uma floresta verdadeira. Dona Dirce Jorge Lipu, Cujan Kaingang da Aldeia Vanuíre, em Arco-Íris, São Paulo, costuma dizer que a cidade grande é uma 'selva de pedra'. Remetendo às palavras germinantes de Nego Bispo, essa floresta artificial, 'sintética', guarda ainda mais perigos. Olhar para ela, caminhar por ela cautelosamente, para aprender a decifrar as relações próprias desse mundo fabricado pelo homem branco, é uma forma de colher os remédios que a sociedade moderna necessita. Isso não nos torna curadores, como advertiu Kopenawa:

O *napë* da cidade, ele não vira *xapiri* não. Ele nasceu como *napë*, permanece *napë*. Como não indígena, ele nunca vai virar *xapiri*, nunca. Porque os *xapiri* somos diferentes. Muito diferentes. [...] Vocês vão aprender a respeitar, a proteger, a manter limpos os lugares, as cachoeiras, a floresta; aprender a gostar da terra, gostar da saúde, a bem viver, assim vocês podem pensar. Pensar e respeitar. Essa é a minha fala. (KOPENAWA, 2021, p. 10)

Porém, pensar e articular o fazer museológico a partir dessa imagem bastante concreta abre possibilidades de percebermos nossa realidade social e cultural e atuarmos com ela desde bases bem outras, não ocidentais. Quer dizer: já de partida, nos permite sair da condição do sujeito/indivíduo que se dirige ao mundo de maneira objetificante, para entrar em um campo de relações complexas com a existência, sem a pretensão de dominá-lo ou explorá-lo, mas devir transformados, com os olhos abertos para elaborar os remédios certos para os problemas que nós mesmos criamos. Então, o museu já não é uma instituição, mas um modo de estar no mundo e na cultura, em relação com ambos, consciente das dinâmicas que se desenrolam nas interações com os demais mundos e culturas, aprendendo a respeitar e a conviver, e, quem sabe, substituindo nosso desejo de 'influência' pela prática da 'confluência'. De fato, já será um enorme ganho que deixemos de lado a nossa violência ontológica e aprendamos a conviver no respeito e na alteridade, reparando os danos causados ao longo da história.

Por outro lado, é também nas franjas dessa selva de pedra que vivem, trabalham, festejam e sonham as pessoas 'afro-confluentes' (DORNELES, 2021). As periferias dos grandes centros recebem os refugiados das guerras travadas pelo grande capital contra os territórios tradicionais, sendo elas

mesmas palco da disputa entre o capital especulativo/imobiliário e as comunidades que procuram recriá-las como territórios de vida. Por vezes, é nesse espaço cravado de contradições que, na condição de agentes culturais e museólogos, somos convocados a realizar o nosso trabalho de servidores públicos.

Quando em 2018 me reintegrei à equipe da Coordenadoria de Ação Cultural - CAC - da Prefeitura de Campinas, estava em elaboração uma proposta de reestruturação da ação cultural como uma rede entre as casas de cultura e CEUs - Centros de Artes e Esportes Unificados, tendo com base para enraizamento nos territórios a gestão participativa e a Museologia Social. Depois de anos paralisada, havia sido retomada a discussão do Plano Municipal de Cultura, com vistas à implantação de um conselho deliberativo de políticas culturais, e buscávamos, coletivamente na equipe, abrir brechas para que nossa proposta tivesse sustentação legal. O que ocorreria, porém, acabaria por frustrar as expectativas de todos. Findo o processo de aprovação do plano de cultura, substituiu-se a coordenadora do setor, e suas proposições foram rapidamente enterradas. Sem programas, projetos ou recursos, sem pessoal suficiente nem meios de articulação entre as casas de cultura, restou a cada agente trilhar o melhor caminho possível.

Então, era 2019, e eu havia sido designada para atuar no Distrito do Campo Grande, que integra a região administrativa Noroeste e que abriga 190 mil habitantes em 90 bairros, estendidos a 15 km do Centro de Campinas até a divisa com os municípios de Monte Mor e Hortolândia. Uma região cuja urbanização tivera início na década de 1950, a partir de sucessivos desmembramentos de antigas fazendas, muitas vezes loteadas e vendidas de forma irregular, sem o planejamento e previsão das estruturas públicas necessárias e com forte atuação da especulação imobiliária. Serviços públicos insuficientes, problemas ambientais graves, ocupações e moradias precárias, alta mobilidade da população e indicadores socioeconômicos inferiores à média do município eram alguns dos desafios presentes no território.¹³ Por outro lado, não ignorava ser essa região um território 'afro-confluente', e conhecia

¹³Para um perfil sócio-demográfico detalhado da Região Noroeste de Campinas, ver PLÁCIDO et al, 2020.

algumas histórias de suas lideranças, suas lutas e conquistas. Ali, a Coordenadoria de Ação Cultural geria dois equipamentos públicos: o CEU Mestre Alceu, partilhado com as Secretarias de Assistência Social e Esportes, e a Casa de Cultura do Parque Itajaí, à época, já com 30 anos de existência.

Adentrar essa floresta é tarefa imensa, que não se pode fazer sozinha. Busquei, portanto, conectar-me às redes intersetoriais da "Norô"¹⁴, em reuniões periódicas realizadas com a participação de representantes dos serviços públicos locais (em geral, a Educação, a Saúde e a Assistência Social), organizações da sociedade civil, lideranças populares e eventuais parceiros das universidades. Nelas se discutem as pautas que a vida dos territórios levanta, as preocupações dos moradores, mas também as diretrizes, os programas, o calendário e os ritmos que o poder público pretende imprimir. Entre esses vetores de força, os servidores buscam as brechas para uma atuação conjunta criativa, responsável e comprometida com as necessidades da população. Trabalhar nesses espaços exige atenção plena e um firme equilíbrio calcado na relação ética com as comunidades, sem o que corremos o risco de nos tornarmos agentes da violência oficial.

Optei por entrar nos territórios por via intersetorial, e não necessariamente a partir dos equipamentos da CAC, que seriam pontos de apoio e dinamização. Dessa forma, começaram a ser tecidas ações coordenadas com a Educação e a Assistência Social. Na região do Jardim São Judas, área próxima a ocupações, a equipe do CRAS Satélite Íris convocou os demais parceiros a partilhar um espaço comunitário, oferecendo serviços em uma área até então desassistida. Iniciamos, intersetorialmente, o atendimento a um grupo de mulheres, com idades entre 30 e 70 anos. Constatado o seu interesse pelo bordado, fomos gradativamente empregando essa linguagem para a constituição de um coletivo que pudesse expressar as vozes do

14 "Norô" é como os servidores chamam a região Noroeste. A rede "Abalô Norô" congrega diversas micro-intersetoriais, correspondendo a núcleos populacionais com distintas idades/fases de formação e, portanto características demográficas e desafios específicos. A própria rede tem caráter dinâmico e ao longo dos anos foi-se desdobrando e reorganizando com a criação de novos CRAS. A Micro 1, na região da Vila Bela, reúne os bairros mais antigos e comunidades mais bem estruturadas. A Micro 2, na região do Satélite Íris, abrangia os CRAS Satélite Íris e Florence. A Micro 3 englobava a região do CRAS São Luís, reposicionado como CRAS Dandara. Com a criação do CRAS Laudelina, atendendo as regiões do Jardim Floresta e Residencial Bassoli, surgiu a Micro 4. Atualmente encontra-se em articulação uma Micro 5. Ver MORENO e DIAS, 2010, e NAED NOROESTE, 2024.

território, suas memórias, suas potências e seus anseios. Assim surgiram as “Bordadeiras Fazendo Arte”, nome que as próprias mulheres escolheram, indicando o seu desejo de realizar uma atividade livre, que lhes propiciasse o estar juntas criando, e não necessariamente se dedicando à geração de renda. Enquanto aprendíamos os pontos do bordado livre, entre conversas emergiam as questões que as mobilizavam. Primeiro, a insuficiência do atendimento à saúde da mulher. Passamos, então, a bordar telas de algodão cru com desenhos e mensagens que, unidas, formaram uma grande bandeira pelos seus direitos. As Bordadeiras chegaram a ser convidadas a ministrar uma oficina no SESI-Campinas e ocuparam esse espaço, dando visibilidade à sua causa. A irrupção da pandemia de Covid-19 interrompeu os planos de estender essa bandeira no plenário da Câmara Municipal. Mesmo assim, a mobilização foi importante, fazendo com que o Centro de Saúde e o coordenador das políticas de Saúde da Mulher se reunissem com o coletivo, no próprio bairro, trazendo explicações e prestando contas.

Entre as idas e vindas impostas pelo isolamento social no primeiro ano da pandemia, chegamos a novembro abrindo diálogos sobre o mês da Consciência Negra, e as Bordadeiras decidiram bordar um livro para reverenciar as mulheres negras. “A história de Rose” é também a história da filha de uma delas, que se tornou professora na escola do bairro, inspirada pelas lutas de mulheres como ela. Ao tomar conhecimento do livro bordado, a equipe da Biblioteca Pública Municipal Ernesto Manoel Zink convidou o grupo para integrar a programação do “Dia Internacional dos Quadrinhos na Zink”. Então, elas revelaram um jovem talento artístico da comunidade, que as transformou em personagens de ‘anime’, posteriormente bordados e montados como uma exposição. Com a repercussão desse projeto, revistas, jornais e TVs locais fizeram entrevistas e reportagens sobre o trabalho do grupo. As Bordadeiras passaram a ser reconhecidas pela sua força e pela sua luta, sendo chamadas algumas vezes para falar em eventos públicos como o Fórum da Educação de Jovens e Adultos da Região Metropolitana de Campinas - Fórum EJA RMC, e para apresentar suas pautas nas reuniões intersetoriais.

Outra causa que as Bordadeiras abraçaram foi o reconhecimento de uma área de nascentes cuidada há anos por um morador local, e a sua preservação por meio da constituição de um parque destinado ao lazer e à educação ambiental. Numa visita ao terreno, uma das bordadeiras notou a existência da sangra d'água, árvore conhecida pelo seu valor medicinal. Quando riscado, o seu tronco faz brotar uma seiva vermelha que tem propriedades anti-inflamatórias benéficas para a saúde da mulher. Além disso, a sangra d'água possui folhas alaranjadas, em formato de coração. Logo, o grupo decidiu transformá-la em símbolo de cura do território, e dedicou-se a recriar uma grande árvore bordada, a marcar com desejos e reivindicações o seu espaço coletivo. Uma convocatória de arte postal foi lançada, tendo sido recebidas centenas de corações bordados por grupos de mulheres de vários Estados do país, com mensagens de resistência e encorajamento.

Ainda durante os períodos de isolamento social, em 2021, as mulheres receberiam em suas casas pequenos 'kits' com linhas e tecidos, para bordar flores, ervas e hortaliças - que mais tarde elas semeariam mesmo em terra fértil, com apoio de uma organização chamada Pé de Feijão. De uma entrevista com o "Seu Joaquim", protetor das nascentes, nasceu o segundo livro bordado: "O guardião das águas", primoroso trabalho coletivo. Não prosperaram, infelizmente, as reuniões com um vereador da região, cujo objetivo era a criação do parque ambiental. Mas outros intercâmbios vieram, com artistas como Gal de Sordi, que ensinou a técnica da pintura em tecido com tinta feita de terra e desenvolveu um estandarte com as Bordadeiras. Essas são algumas das realizações do grupo, que permanece ativo.

A partir da trama entre as palavras germinantes de nossos intérpretes, podemos apanhar alguns aspectos da experiência-floresta tecida com as Bordadeiras. Com relação à política do nomear-se, sua escolha pelo atributo 'Fazendo Arte', prioriza e afirma sua dimensão humana, em contraposição a uma inserção utilitária no sistema capitalista. Como expressão de nosso compromisso, procuramos não oferecer ao grupo agendas e conteúdos previamente definidos, mas compor um espaço segundo os princípios da hospitalidade e da heterarquia (horizontalidade, pertencimento, circularidade,

abertura, troca livre de saberes sem uma autoridade ‘unipolar’) e mobilizar uma linguagem presente na cultura popular, com densidade histórica e afetiva. Assim, as questões emergentes eram priorizadas pelo próprio coletivo, que também elegia e organizava suas pautas de luta. Apresentando seu rosto e dizendo a própria palavra, essas mulheres da base da pirâmide social foram capazes de ocupar espaços políticos e de visibilidade, de confrontar os agentes do poder público e demonstrar que são elas as construtoras da comunidade e do território, e não beneficiárias de serviços, invertendo a correlação de forças que lhes é tradicionalmente imposta. Adentrando dignamente os circuitos culturais do município, fizeram-se protagonistas da ação cultural.

Junto à Educação, além da colaboração com a organização do já citado Fórum EJA-RMC, foram realizadas formações culturais para equipes, incluindo professoras e agentes da educação infantil. O objetivo era fortalecer uma perspectiva de abertura do espaço escolar para o trabalho intercultural com as comunidades locais, reconhecendo, registrando e promovendo a visibilidade e a valorização de seus saberes e memórias. Procurando desenvolver uma metodologia na qual a interculturalidade não se constituísse apenas como tema ou conteúdo discursivo das ações formativas, introduzi em caráter experimental o Movimento Vital Expressivo - MVE - como ferramenta de ação cultural, logo propondo expandi-la a outros espaços, como o CEU Mestre Alceu.

Foi assim que comecei a seguir os passos ancestrais de Maria Adela Palcos. A psicóloga argentina fora a sistematizadora desse sistema bio-psicocorporal nos anos 1960, descrito por Laura Pozzana de Barros nestes termos:

A prática, que tem como único fundamento o aspecto movente da vida, atua no sentido de despertar o homem para o presente – para sua própria história e para a vida coletiva. Por isso, ressalta a importância da experimentação antes de qualquer compreensão. A partir do movimento corporal e de uma atenção à experiência, é possibilitada a dissolução de atitudes mecanicizadas que aprisionam a vida do ser humano em restritos modos de operar – algo que se coaduna com um corpo funcionando na repetição dos mesmo gestos, pensamentos, sentimentos e maneiras de agir. A questão da mecanicidade, no contemporâneo, pode ser entendida na esteira do cartesianismo ou do mecanicismo, onde a partir da separação mente e corpo, si e mundo, o homem se reconhece como um ‘eu’ separado de uma experiência corporal, precisando de modelos e regras para conduzir-se na vida. O método do Rio Aberto se desdobra através da

Roda, que é como os participantes se dispõem nas atividades, e, também, através de uma imitação inventiva, que é como o instrutor convida-os a transitarem por outros modos de existência. Faz-se acesso ao coletivo, e, com ele, corpos são movidos em conexão com o 'si' e com o 'mundo'. Neste sentido tanto a prática quanto a discussão teórica colaboram na criação do tema que caminha com aquilo que este trabalho ilumina: a consciência própria do corpo. É ela que permite ao homem viver em conexão com o movimento do presente, a partir do plano dos afetos e não de uma racionalidade distanciada do concreto. O corpo, assim, emerge na inseparabilidade entre o mundo e a experiência de si. (BARROS, 2006, p. 6)

O MVE faz parte das práticas integrativas de saúde oferecidas pelo SUS-Campinas há mais de 30 anos. A proposta de adaptá-lo como ferramenta de ação cultural foi elaborada no âmbito da minha formação como instrutora de Movimento, junto ao Sistema Río Abierto Campinas, em 2019. O objetivo era promover a formação de coletivos culturalmente atuantes e participativos a partir das casas de cultura, CEUs e dos espaços de ação intersectorial. As premissas eram três:

Em primeiro lugar, o MVE como prática nutricia propicia um âmbito de vivência e convivência que permite a emergência de uma coletividade. Sem uma ação coletiva, apenas com indivíduos desarticulados, não se faz Museologia Social e, portanto, Ação Cultural na perspectiva que estamos discutindo.

Em segundo lugar, o MVE favorece o trabalho de conscientização sobre as nossas emoções e expressões a partir do corpo – individual e coletivo. O corpo é nosso primeiro território, sede em que emoções e experiências nos atravessam, operador e primeiro instrumento do exercício das linguagens, o mediador da experiência coletiva. É o ponto de partida da Ação Cultural, visto que esta não pode se fazer apenas de modo abstrato ou meramente simbólico/intelectual, tampouco como prescrição: para se territorializar, necessita atravessar os corpos, afetá-los e também liberá-los. É a partir de corpos liberados em toda a sua potência para viver, lutar, criar, escolher, afirmar, sentir, pensar e expressar que podemos reconstruir amorosa e conscientemente a nossa cultura.

Em terceiro lugar, o MVE estimula no grupo a experimentação de novas e variadas maneiras de sentir e expressar-se no mundo, libertando a criatividade de cada um, o ato de “dizer a própria palavra”, o de ouvir e acolher a expressão alheia, e a disposição de assumir o protagonismo coletivo na recriação de uma realidade compartilhada. O MVE nos ensina a tomar posse de nosso lugar no mundo, admitindo a responsabilidade que nos cabe no campo social, de uma maneira não invasiva e respeitosa em relação aos demais. Dessa maneira, ele almeja despertar-nos para uma “presença operativa no mundo”, na produção de uma cultura de paz. São essas características que nos permitem afirmar o valor das práticas do Sistema Río Abierto/Movimento Vital Expressivo para o desenvolvimento da Ação Cultural em nosso município. (SIQUEIRA, 2019, p. 5-6)

Além dos processos de formação de educadoras, constituímos um grupo de Movimento no CEU Mestre Alceu, composto de usuárias do CRAS Florence, moradoras do Jardim Florence e adjacências. O objetivo era favorecer o seu envolvimento nos debates culturais da região. As rodas de MVE buscaram, em primeiro lugar, se constituir como espaço de agregação, pertencimento, autorreconhecimento, convívio, diálogo, reflexão e colaboração entre participantes. O trabalho se desenvolvia em fases, que almejavam o aprofundamento das relações e dos vínculos do individual ao coletivo/comunitário; indo da etapa nutrícia até a auto-observação, expressão, irradiação e presença operativa no mundo.

Para tanto, as técnicas psico-corporais do MVE eram mobilizadas a partir de repertórios musicais específicos, cuidadosamente escolhidos e combinados com os círculos de cultura propostos por Paulo Freire. Procuramos trazer referências sonoras que propiciassem a emergência de memórias, o autorreconhecimento cultural, o sentimento de pertencimento, mas também o estranhamento e a crítica em relação à matriz cultural hegemônica, estimulando o despertar em relação às atitudes de reprodução mecânica e de naturalização de discursos dados pelo senso comum. Para isso, as rodas de MVE abordavam pautas, linguagens ou regionalidades específicas, sendo seguidas de rodas de conversa e exercícios de expressão e criação em diferentes linguagens. Dessa maneira, a prática do MVE possibilitou o levantamento de temas geradores que serviam de base para a atuação intersetorial com a rede Florence e as instituições parceiras, como o CRAS.

Infelizmente, os períodos de isolamento social levaram à interrupção do trabalho no CEU e, por isso, os desdobramentos junto à comunidade não puderam ser acompanhados. Quando o encontro presencial pôde ser retomado, minha atuação foi fixada na Casa de Cultura do Parque Itajaí. Então, um novo percurso teve início e, nele, estaria amparada por uma corrente ancestral de mulheres negras, que se inicia em Dandara dos Palmares, passa por Dona Laudelina de Campos Mello e vai até Dona Anunciação Marqueza dos Santos Almeida.

A Casa Itajaí é a encruzilhada onde essas ancestrais se conectam. Ela fica localizada na região de atuação do antigo CRAS São Luís, nome que coincidia com o do bairro mais próximo. Ocorre que, em função das reflexões produzidas pelas profissionais do CRAS sobre a região de atuação e o perfil da população atendida, houve um reposicionamento da unidade, que passou a se chamar CRAS Dandara, em referência a Dandara dos Palmares. As mudanças não configuravam uma 'performance discursiva' endereçada às mulheres negras, mas incluíram ações de formação da equipe - em sua maioria, pessoas brancas - nos campos da luta antirracista, e se refletiam como compromisso nos projetos desenvolvidos.

Nesse mesmo período, a área de abrangência do CRAS Dandara foi desmembrada com a criação de um novo CRAS, que recebeu o nome de Laudelina, em homenagem a Dona Laudelina de Campos Mello, trabalhadora residente em Campinas que, desde meados dos anos 1930 lutou pelo reconhecimento dos direitos sociais relativos ao trabalho doméstico. Dona Laudelina, juntamente com trabalhadoras de uma geração mais jovem, como Dona Marqueza, Dona Domingas e outras, travou uma longa batalha que resultou na criação do primeiro sindicato das trabalhadoras domésticas do país. Mas, não apenas isso: ao longo dos anos, esse grupo de mulheres negras foi responsável por uma série de ações afirmativas em Campinas e por praticar uma política de ação cultural para a população negra e periférica, ao ocupar espaços como o Teatro Municipal Carlos Gomes, entre os anos 40 e 60, e ao conceber as casas de cultura nos anos 1980, conforme podemos depreender da leitura de Turino (2010). Dona Laudelina faleceu em 1991. Dona Marqueza, ainda viva, juntamente com seu marido, João Cícero, operário aposentado e fotógrafo, integram o comitê gestor da Casa de Cultura do Parque Itajaí e, como fundadores, acompanham de perto todo o seu desenvolvimento.

Meu objetivo inicial nesse espaço era decifrar o perfil da comunidade e do bairro, redinamizando a Casa após um período fechada, sem atividades. Logo percebi que a Casa mesma tinha memória, assim como a população tinha memórias sobre ela. No Parque Itajaí, a população adulta de hoje é composta pelas crianças que frequentaram o local nos anos 80 e 90 e o conheciam como

a “Biblioteca”. Nossa primeira tarefa, portanto, foi reorganizar o acervo, divulgá-lo e colocá-lo em circulação. Essa também era uma preocupação dos fundadores, já que equipes anteriores pretendiam desfazer-se dos livros, considerados ultrapassados frente às “novas tecnologias”. Foi gratificante receber mulheres procurando por filosofia e literatura feita por mulheres, assim como adolescentes buscando livros de ação, e jovens autistas encontrando nos quadrinhos um modo de ultrapassar barreiras. De certa forma, essa ação honrava a memória da casa, da comunidade e o antigo empenho de Marqueza e suas companheiras na formação das futuras gerações.

Tendo em vista que o público infanto-juvenil é hoje, em grande medida, atendido pelas organizações da sociedade civil parceiras do Sistema Único de Assistência Social, as principais visitantes da casa eram as mulheres adultas e idosas. Em geral, elas procuravam espaços de encontro configurados como oficinas de artesanato. No pós-pandemia havia grande demanda pela ocupação de espaços comuns, pelo restabelecer de conexões, pela liberação dos traumas e elaboração de lutos, pelo reencontro com a vida, enfim. Pensamos, então, em organizar um ateliê livre, aberto semanalmente à tarde, para dar vazão a esse anseio.

Os CRAS Dandara e Laudelina se tornariam os principais parceiros nessa empreitada, uma vez que se re/estruturavam e buscavam proximidade com a população. A equipe Dandara, em especial, solicitou nossa colaboração para o seu reposicionamento no território, já que muitas mulheres que faziam parte do seu grupo de atendimento haviam sido transferidas para a equipe Laudelina. Como a Casa Itajaí ficava a meio caminho de ambos, seria um ponto de encontro e transição. Além disso, as assistentes sociais relataram que muitas vezes eram questionadas por mulheres que desconheciam a figura de Dandara e não entendiam a mudança de nome. Resolvemos, então, reunir as duas demandas - da população e dos CRAS - e configurar o ateliê livre como um espaço inclusivo para as mulheres da região, onde coubessem todos os interesses das suas participantes.

O primeiro convite lançado - uma oficina de mandalas de linha - era, na verdade, apenas um mote para desenrolarmos a meada das conexões, nos

apresentarmos e abrir diálogos. Pouco a pouco, em algumas sessões, as mulheres foram desfiando suas histórias - em duplas, em grupos, em roda. Assim que as mandalas ficaram prontas, as expusemos no salão da Casa, a lembrar que o espaço pertencia ao coletivo e teria a sua marca. A partir daí, utilizaríamos o recurso da exposição em todos os projetos elaborados pelo grupo. Então, as mulheres já demandavam encontros regulares e compareciam com assiduidade. As sessões eram abertas com breves dinâmicas de Movimento Vital Expressivo e, ao fim dos trabalhos do dia, fazíamos um lanche comunitário. Numa dessas sessões, em que estávamos bordando, as mulheres debatiam o tempo. Convivendo diferentes faixas etárias, trocavam experiências de vida, a chegada da terceira idade, os desafios das mais jovens, as duplas jornadas femininas, os projetos de futuro, o pós-pandemia... Até que uma delas, a baiana Sônia, produziu uma síntese, aclamada por todas: “nosso tempo é agora”. Bordamos a frase em algodão cru, junto com a silhueta de um rosto de mulher, que ficou exposto ao lado de outras obras, a convocar-nos permanentemente à ação. Nos seus encontros, as participantes iam semeando a Casa como uma floresta para manter os olhos abertos.

Introduzimos, então, o recurso das sessões audiovisuais, acompanhadas de pipoca, é claro, e muita prosa ao final do filme, para digerir as ideias. Inauguramos as exposições com uma série de curtas, em variadas linguagens, que tinham como tema ou personagem Dandara dos Palmares. Para abrir o debate, propusemos que cada uma falasse “o que tem de Dandara em mim?” Essa pergunta desatou um nó de confluências, na medida em que a ancestral Dandara reúne vários aspectos da mulher negra: mãe, companheira, cuidadora, valente, sábia, cultivadora, inventiva, agente histórica... Cada uma se pôs a falar, então, afetivamente, dos aspectos mais fortes de sua história e identidade, com os quais as outras iam se reconhecendo, mesmo nas diferenças: confluência! Três histórias, em especial, me marcaram, pois começaram a desvelar, na Floresta-Itajaí, as existências afro-confluentes.

A primeira é de Dona Maria. Identificando-se como uma indígena potiguar, através de Dandara ela se viu novamente num campo de colheita de sisal, onde aprendera a trabalhar com a força das fibras. Relatou a infância

difícil, retirada da aldeia, a migração para Campinas e o trabalho duro, pesado, na limpeza de um hipermercado. Falou das relações familiares, casamento, o machismo. Contou de como nunca se curvou, nem dobrou, assim como a fibra do sisal. Um relato tão profundo, poético e bonito, que logo o grupo percebeu a síntese: criada no sisal, dona Maria é também uma mulher de fibra. Biointeração!

A segunda história é de Dona Aparecida. Nascida no Maranhão, cresceu como quebradeira de coco de babaçu. Com as lembranças fazendo faiscar os olhos, nos contou como a palmeira-mãe tudo provê, e dela nada se rejeita ou se descarta. O óleo, a farinha, a fruta, o tronco, a palha das folhas... Babaçu, palmeira ancestral, guardiã da comunidade, assim como as mulheres negras, como Dandara: mulheres-palmarinas, afro-pindorâmicas!

A terceira vem do Chile: Dona Margarita lembrou das histórias das guerras da resistência Mapuche contra os colonizadores, e da semelhança entre o desfecho de Dandara e da heroína indígena Fresia, companheira do líder Caupolicán.

Quando poderíamos imaginar que uma sessão de filmes nos propiciaria um mergulho de tamanha profundidade, numa única tarde, entre mulheres tão coditadamente silenciadas e invisibilizadas, na periferia de uma grande metrópole? Foi adentrando à floresta da memória pelos passos de Dandara que pudemos reencontrar tantos segredos para a leitura do mundo, de si e da vida, para compor nosso pacote de curas. A partir desse dia, de modo não planejado, o grupo adotou o nome “Dandaras somos!”, significando sua confluência na potência de uma figura ancestral e multissignificativa.

A partir das figuras-síntese que emergiram no debate, decidimos propor uma oficina de artes para dar-lhes uma expressão material. Escolhemos combinar duas linguagens afro-confluentes: de um lado, a técnica do estêncil, ligada à cultura contemporânea e urbana do grafite; de outro, a técnica do carimbo com símbolos adinkras, utilizada para a impressão de tecidos africanos tradicionais. Ainda, pusemos em diálogo a técnica da monotipia, situada nas artes visuais. Assim, as mulheres produziram “lambes” com mensagens diversas, que foram posteriormente enviados à convocatória de

arte postal feita pelo Museu Vivo Cândido Ferreira, em Campinas. Quando a exposição foi inaugurada, conseguimos um ônibus para levá-las ao outro lado da cidade, para conhecer o museu, seu acervo, sua história e também ver suas obras expostas junto às de outros artistas. Nesse dia, houve rodas de movimento, cafés, risadas!

Uma outra sessão audiovisual seria ainda dedicada ao docu-drama que conta a vida de Laudelina de Campos Mello, elaborado pela equipe do Museu da Cidade a partir do acervo de história oral do Museu da Imagem e do Som de Campinas. Trouxemos para o debate Dona Marqueza e Dona Domingas, antigas companheiras do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região. Novamente, os relatos que se seguiram, especialmente das mulheres que trabalhavam como domésticas, abriram novos caminhos de cura. Dessa vez, à moda de um 'inkumbulo', prática zulu da rememoração dos fatos dolorosos, em busca de sua compreensão, ressignificação e reparação (DLAMINI, 2012).

Por circunstâncias diversas, minha passagem pela Casa Itajaí se encerrou no início de 2022. O grupo Dandaras somos! seguiu firme, tendo, inclusive, lançado um livro, "Dandara somos poesia" a partir de intercâmbios e uma oficina criativa organizada pela escritora Katia Marchese. Com a força ancestral de Dandara e Laudelina, as mulheres do Itajaí reencontraram seus caminhos de vida e alegria, confluentes num coletivo.

4. Reimaginar políticas públicas

Os brancos não sonham tão longe quanto nós. Eles dormem muito, mas só sonham consigo mesmos. (Davi Kopenawa, 2015)

Abrimos a reflexão proposta neste texto apresentando as evidências de uma transformação fundamental no cenário geopolítico internacional: a emergência de um mundo multipolar que pode redundar em uma nova ordem mundial. Uma vez que interessa ao Brasil a construção dessa nova ordem, apoiada em Estados-civilizações, devemos nos perguntar sob que condições iremos nela comparecer. Se pretendemos expressar dignamente as vozes de um Sul Global, fazendo justiça aos os povos que nos constituem, nossa

contribuição original não poderá ser outra que o reconhecimento das existências e heranças afro-pindorâmicas, elaboradas nas confluências históricas e de lutas. Os seus guardiões estão por toda a parte e, como quisemos demonstrar, estão também nas periferias das grandes cidades, resistindo às violências impostas pelo capitalismo e recriando insistentemente a sua humanidade roubada.

É uma tragédia que nas políticas públicas não caibam, até hoje, sonhos Yanomamis, Potiguares, Palmarinos, Mapuches... Sonhos de Dandaras, Laudelinas, Marquezas e Marias. Sonhos bordados, que entrelaçam sentidos de vida e amarram pacotes de cura. Para que seja possível reimaginar políticas públicas nos territórios, precisamos desentranhar os museus às instituições onde imperam as performances, e semeá-los em nosso cotidiano com o compromisso de quem semeia florestas: espaços de iniciação que nos ajudem a lidar com a complexidade da vida, mantendo nossos olhos abertos, e nos fazendo, enfim, verdadeiros aliados dos povos em luta.

Referências bibliográficas

AMORIM, Celso. Política Internacional e o Brasil no Mundo: da unipolaridade consentida à multipolaridade possível. **CEBRI-Revista**. Ano 1, n. 1, jan-mar 2022, pp. 19-32.

ARAGÃO, Ricardo Pereira; CONCEIÇÃO, Emili Almeida da. A nação por uma experiência bantu: caminhos para uma encruzilhada das nações. **Identidade!** São Leopoldo, v. 26, n. 1 e 2, pp. 35-49, jan-dez 2021. Disponível em <https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/view/1190/1040> Acesso em 26 mar 2024.

AZAMBUJA, Marcos. Hegemonia sob ameaça. **O cafezinho**, 14 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.ocafezinho.com/2023/04/14/hegemonia-sob-ameaca/>> Acesso em 14 abr. 2024.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O elo perdido do Giro Decolonial. **Dados** - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 60, n. 2, 2017, pp. 505-540.

BARROS, Laura Pozzana de. **Sistema Rio Aberto**: o corpo em conexão. Rio de Janeiro: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade

Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, 2006.

BASCHET, Jérôme. **A experiência zapatista**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DLAMINI, N. Inkumbulo as Remembering, Communing, and Praxis: Retelling the Stories of Transformation and Learning. In: H. K. Wright, & A. A. Abdi (Eds.), **The Dialectics of African Education and Western Discourses**: Counter-Hegemonic Perspectives. New York: Peter Lang, 2012, pp. 53-64.

DORNELES, Dandara Rodrigues. Palavras germinantes: entrevista com Nego Bispo. **Identidade!** São Leopoldo, v. 26, n. 1 e 2, jan-dez 2021, pp. 14-16. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/download/1186/1010/1268> Acesso em 28 abr. 2024.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo, Piracicaba: Edições Loyola, Editora UNIMEP, 1980 (original publicado em 1977).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FU-KIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. Ntangu-Tandu-Kolo: The Bantu-Kongo concept of time. In: ADJAYE, J. K. (ed.) **Time in the black experience**. Westport: Greenwood Press, 1994, pp. 17-34.

_____. **Self-healing power and therapy**. New York: Vantage Press, 1991. (Tradução portuguesa PINTO, Valdina. A visão bantu Kongo da sacralidade do mundo natural. In: ACBANTU. Salvador: Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, s/d. Disponível em: <<https://www.saberestracionais.org/publicacoes-de-mestras-e-mestres-texto-de-fu-kiau-traduzido-por-makota-valdina/>> Acesso em 28 abr 2024.)

KOPENAWA, Davi, ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

KOPENAWA, Davi. **Hutukara**: grito da terra. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, 2021. (Série Políticas da Terra, Caderno de Leituras n. 130)

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LORDE, Audre. **Sister outsider**: essays and speeches. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. Comunicado del Comité Clandestino Revolucionario Indígena - Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional del 21 dez. 2012. **Enlace Zapatista**, 2012. Disponível em <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2012/12/21/comunicado-del-comite->

clandestino-revolucionario-indigena-comandancia-general-del-ejercito-zapatista-de-liberacion-nacional-del-21-de-diciembre-del-2012/> Acesso em 13 abr. 2024.

MIGNOLO, Walter. Os movimentos de Xi Jinping rumo à multipolaridade. **IHU Unisinos**. 14 abr. 2023. Disponível em <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/627881-os-movimentos-de-xi-jinping-rumo-a-multipolaridade-artigo-de-walter-mignolo>> Acesso em 15 abr. 2024.

MIRHAN, Lejeune. Correlação de forças na geopolítica mundial na atualidade. **Lejeune Mirhan**. 8 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.lejeune.com.br/index.php/blog/politica-internacional-e-mundo-arabe/302-correlacao-de-forcas-na-geopolitica-mundial-na-atualidade.html>> Acesso em 14 abr. 2023.

_____. O encontro de Putin e Xi Jinping e a construção de uma nova ordem multipolar. **Vermelho**. 8 abr. 2022 (a). Disponível em: <<https://vermelho.org.br/coluna/o-encontro-de-putin-e-xi-jinping-e-a-construcao-de-uma-nova-ordem-multipolar/>> Acesso em 14 abr. 2024.

_____. O fim da unipolaridade e a consolidação de um mundo multipolar. **Lejeune Mirhan**, 16 mar 2022 (b). Disponível em: <<https://www.lejeune.com.br/index.php/blog/politica-e-conjuntura-nacional/395-o-fim-da-unipolaridade-e-a-consolidacao-de-um-mundo-multipolar.html>> Acesso em 14 abr. 2024.

MORENO, Márcia; DIAS, Leila. A experiência da Intersectorialidade Noroeste: 10 anos de existência. **XXIV Congresso dos Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo**. Campinas, 2010. Disponível em: <https://saude.campinas.sp.gov.br/biblioteca/XXIV_Congresso_de_Secretarios_Municipais_de_Saude_do_Estado_SP/Complexidadedaatencaobasica/A_Exp_eriencia_Intersectorial_Noroeste_Marcia_Moreno.pdf> Acesso em 30 abr. 2024.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Lech Livraria Editora Ciências Humanas, 1959.

NAED NOROESTE. Intersectorialidade. In: **NAED Noroeste**, 2024. (Online) Disponível em <<https://sites.google.com/educa.campinas.sp.gov.br/site-naed-noroeste/intersectorialidade>> Acesso em 30 abr 2024.

OLIVEIRA, Joelson Ferreira de; SOUZA, Erahsto Felício de. Paz entre nós, guerra aos senhores - uma tradição rebelde de alianças. In: **Saberes tradicionais UFMG**. 9 jul 2020. Disponível em: <<https://www.saberestradicionais.org/publicacoes-de-mestras-e-mestres-paz>>

entre-nos-guerra-aos-senhores-uma-tradicao-rebelde-de-aliancas/> Acesso em 23 mar 2024.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. (2008). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P., **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2008, pp. 46-97.

PLÁCIDO, Vera et al. Vulnerabilidade socioterritorial na Região Noroeste de Campinas, SP: considerações. In: **Observatório PUC-Campinas**, 2020. (Online). Disponível em: <<https://observatorio.puc-campinas.edu.br/vulnerabilidade-socioterritorial-na-regiao-noroeste-de-campinas-sp-consideracoes/>> Acesso em 30 abr 2024.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La Americanidad como concepto, o América en el Moderno Sistema Mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, v. 44, n. 4, 1992, pp. 583-591.

RUSSIAN FEDERATION AND THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Joint Statement of the Russian Federation and the People's Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development. **President of Russia**, 4 fev 2022. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/supplement/5770>> Acesso em 14 abr 2024.

SANTANA, Tiganá. Tradução, interações e cosmologias africanas. **Cad. Trad.**, Florianópolis, v. 39, n. esp., ser-dez. 2019, pp. 65-77. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ct/a/YyRsqcM99x8h8GCwcWztKRG/?format=pdf.>> Acesso em 18 abr. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília: Secretaria de Políticas Culturais, Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Cultura, 2015.

SILVA, Bianca. Performance antirracista: do genocídio à dissimulação. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano 21, edição especial, fev. 2022, pp. 24-34.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. **Movimento Vital Expressivo como instrumento da Ação Cultural no Município de Campinas**. Campinas: Projeto apresentado ao Sistema Río Abierto Campinas como requisito para obtenção do título de Instrutora de Movimento Vital Expressivo, 2019.

TROWNSELL, Tamara Ann. **Robust relationality: lessons from the ontology of complete interconnectedness for the field of International Relations**. Washington: Tese de Doutorado em Filosofia apresentada à Faculty of the School of International Service of American University como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Relações Internacionais, 2013.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VALKO, Marcelo. **Pedagogía de la desmemoria**: crónicas y estrategias del genocidio invisible. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2010.